

ENSINO DA GRAMÁTICA EM TURMAS DE EJA

Luíza Lemos Moreira*
Noelma Rosa Mascarenhas**
Sílvia Rita Magalhães de Olinda***

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo fazer um exame da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto nacional, a partir de 1945 até os dias atuais, apresentando, os aspectos positivos, principais problemas no decorrer da história, como também as pertinentes inovações dos últimos anos. Aliando a este de forma primordial a reflexão e análise acerca do ensino-aprendizagem de gramática, nos grupos escolares em referência. EJA é uma modalidade de ensino reconhecida na LDB 9.394/9, a qual oportuniza aos jovens), adultos, idosos, pessoas com deficiência, apenados e menores em conflito com a lei, a devida conclusão e continuidade dos estudos.

Palavras-chave: EJA; Ensino-aprendizagem; Ensino de Gramática.

Abstract

This paper aims to make an examination of Youth and Adults (EJA) in the national context, from 1945 to the present day, presenting the positive aspects, the main problems throughout history, as well as relevant innovations recent years. Combining this primordial form of reflection and analysis about the teaching and learning of grammar in school in reference groups. EJA is a recognized mode of education in BDL 9394/9, which provides opportunities for young people , adults, elderly, disabled, convicts and minors in conflict with the law, proper completion and continuity studies.

Keywords: EJA; Teaching and learning.; Reflection.Grammar.

1 INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, em um levantamento de dados feito na década de 40, o analfabetismo é mostrado como principal mazela dos países subdesenvolvidos. A partir deste ponto, as autoridades políticas passam a dedicar mais atenção a esta parcela populacional excluída, os iletrados provenientes do campo. Houve interesse dos setores governamentais em erradicar o analfabetismo, mas esta modalidade educacional deveria se mostrar eficiente apenas para desenvolver uma alfabetização mecânica, em que a leitura e escrita fossem apenas uma aquisição simplória, voltadas unicamente para o benefício e aumento da produtividade do sistema capitalista. Movimentos populares em meados do século XX apoiam a educação de adultos e neste cenário surge Paulo Freire com uma metodologia DIALÓGICA (colaboração, união, organização e síntese cultural), em oposição à ANTIDIALÓGICA (conquista, dominação, manipulação e invasão cultural), esta, representada pelo governo e sua educação instrumental. Esta visão estreita da educação estava ligada aos

*Licencianda no Curso de Letras- UNIFACS – Bolsista de IC pelo CNPQ – SSA/BA - luiza_lemosm@hotmail.com

**Licencianda no Curso de Letras- UNIFACS – Bolsista de IC pela Fapesb- SSA/BA - noelmamasc@hotmail.com

***Doutora em Letras- UFBa (2002) – silvia.rita@terra.com.br

interesses da minoria dominante, porque politicamente era conveniente para as elites, que os analfabetos soubessem ler e escrever, exclusivamente para poderem votar.

A partir deste ponto as elites percebem a necessidade de preparar estes adultos analfabetos unicamente com interesses eleitoreiros. Assim, os recém-letrados são propositalmente alfabetizados de forma mecanizada e sem o devido desenvolvimento interpretativo, crítico, só a fim de facilitar os currais eleitorais e conseqüentemente a indução do voto sem nenhum critério.

Com relação à área econômica era também interessante alfabetizar estes adultos, pois o processo de industrialização do país exigia mão de obra pré-qualificada. Como o trabalho agropecuário não exigia esforços intelectuais era preciso, exclusivamente, suprir as demandas do mercado industrial emergente, que exigia dos trabalhadores o mínimo de exercício intelectual, ou seja, dominar, ainda que precariamente, a arte da leitura e da escrita.

Estas foram as ideias que permearam longos anos do sistema de ensino brasileiro, em que a educação de jovens e adultos ficou marginalizada, estando, portanto, sempre preterida ou completamente fora das políticas educacionais.

Nesta pesquisa apresentamos uma breve trajetória da EJA, desde o surgimento aos dias atuais, abordando os projetos nacionais, os avanços e os problemas. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, com aplicação de questionário para os alunos e professores e entrevista com os professores. Além dessa etapa observamos aulas dos professores a fim de comparar as informações dadas com as práticas em sala de aula.

Com esta pesquisa pretende-se investigar o ensino de gramática na EJA, mapear as estratégias mais frequentes no ensino de gramática nos colégios e socializar os resultados da pesquisa na JUIC e entre outros espaços acadêmicos.

A escolha do tema justifica-se devido ao número significativo de adultos analfabetos ou sem ter concluído o ensino fundamental II e o ensino médio no Brasil, vivendo com limitações de oportunidades de trabalho. É importante tentar descobrir porque tantos jovens desistem de estudar, e saber o que os levam a procurar a escola novamente, mais tarde. Isso é um trabalho grande, que envolve o Ministério da Educação, Secretarias de Educação, gestores e, é claro, os professores também, que precisam preparar-se para essa realidade.

2 TRAJETÓRIA DA EJA NO BRASIL

A educação de Jovens e Adultos não é recente no país, pois, verifica-se que desde o Brasil colônia, quando se falava em educação para a população não infantil, fazia-se referência à população adulta, que precisava ser catequizada.

Segundo Paiva (1973), o histórico da EJA no Brasil perpassa a trajetória do próprio desenvolvimento da educação e vem institucionalizando-se desde a ação dos jesuítas com os indígenas, isto é, a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação dos nativos.

Com a vinda da família real para o Brasil surgiu à necessidade da formação de trabalhadores para atender os portugueses e, com isso, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo prioritário de servirem à corte. Segundo Piletti (1988, p. 165) “a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa”.

No Brasil Império-República (1887-1897), a educação foi considerada como um grande problema brasileiro. Estas discussões se intensificaram ainda mais nas décadas de 20 e 30, com a Revolução de 30 com as mudanças políticas e econômicas e o processo de industrialização no Brasil a EJA começa a marcar seu espaço na história da educação brasileira:

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30 (PAIVA, 1973, p. 168)

A educação de adultos foi observada como dever no Estado na Constituição de 1934, que estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, oferecendo o ensino primário integral, gratuito e com frequência obrigatória, extensiva para adultos, mas infelizmente foi um projeto que não teve sucesso imediato.

A década de 40 no Brasil foi marcada por grandes transformações e iniciativas que possibilitaram algum avanço na educação e por consequência na EJA. A criação do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - surgiu para tentar incrementar o crescimento do Brasil, pois sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial no país.

Nessa fase da história há um alto índice de analfabetismo, aproximadamente 50% da população em 1945. Nesse período a estagnação econômica, foi relacionada à falta de educação escolar do seu povo.

Ainda em 1945 observa-se um maior interesse dos organismos internacionais pela disseminação da educação de jovens e adultos. Entre eles, a UNESCO teve um papel fundamental na difusão das propostas de educação de jovens e adultos, uma vez que passa a estimular a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos. A proposta previa um processo educativo diversificado, com objetivo de converter os alfabetizados em pessoas conscientes e eficazes na produção e no desenvolvimento em geral. Estas propostas de educação de adultos esboçadas pela UNESCO foram bem recebidas no Brasil, e a partir desse ponto, houve inúmeras iniciativas governamentais para erradicação do analfabetismo, até então entendida como educação de jovens e adultos. Entre essas campanhas, podemos destacar:

- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, promovida pelo MEC (governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1947);
- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, Governo Juscelino Kubitschek);
- Movimento de Educação de Base (1961, Confederação Nacional de Bispos do Brasil – CNBB);
- Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL – Governos Militares - 1971);
- Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Educar (1985, Governo José Sarney);
- Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990, Governo Fernando Collor de Mello);
- Declaração Mundial de Educação para Todos (1993, assinada pelo Brasil em Jomtien, Tailândia);
- Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco);
- Programa Alfabetização Solidária (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso);
- Programa Brasil Alfabetizado (2003, Luiz Inácio Lula da Silva);
- Governo Dilma Rousseff dá continuidade ao Programa Brasil Alfabetizado, iniciado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A maioria das propostas dos projetos relacionadas acima, não obteve sucesso. Contudo, merece destaque o Programa Nacional de Alfabetização, inspirado no método Paulo Freire, desenvolvido no ano de 1964, no Governo de João Goulart. O sucesso deste programa específico deu-se pelo fato da pedagogia freireana está definida como processo humano e libertador. A pedagogia “freireana” defendia a tese de que, o importante do ponto de vista de uma educação libertadora e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu universo, discutindo o seu pensar, sua própria visão de mundo,

manifestada implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros. (FREIRE, 1987, p. 120). A proposta de ensino lançada por Paulo Freire encontrou forte oposição das elites conservadoras, pois tinha como função primordial conscientizar o indivíduo, situação absolutamente oposta à pedagogia instrumental, adestradora, imposta pelo sistema. Toda esta ressignificação educacional lançada por Freire foi vista como uma ameaça por aqueles que estavam no topo da pirâmide social, pois colocava em risco a manutenção do *status quo* da burguesia, que tinha na ignorância das massas uma forte base de sustentação.

Em 1985, na IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris, tratou da pluralidade das nomenclaturas para se referir à educação de jovens e adultos, como: alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação cooperativa, entre outros, assim, o termo “educação para adultos” perde forças e outras vão se ajustando, até que em 1996 a terminologia passa a ser EJA - Educação para Jovens e Adultos. Ao longo do século XX a nomenclatura foi alterada várias vezes.

Em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, a EJA emerge como primeira etapa para educação básica. Nesta mesma conferência é proclamada a DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS - NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM, cujos objetivos que se destacaram buscavam satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, bem como tentar universalizar o acesso à educação com a perspectiva de concentrar a atuação na aprendizagem, ampliando os meios e o raio de ação da educação básica, com o intuito de propiciar um ambiente educacional adequado, que mobiliza recursos com o apoio político contextualizado.

Nesta trajetória surge outro programa de governo que merece destaque, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que causou grande impacto na população, pois tinha como objetivo uma educação voltada aos padrões de vida moderna, na preparação de mão de obra mercadológica e principalmente, pretendia erradicar os focos de conscientização política iniciado pela pedagogia libertária de Freire. Compartilhando da mesma ideia Freitag informa:

De acordo com Januzzi (1997), as orientações metodológicas e os materiais didáticos do MOBREAL reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizador. Propunha-se a alfabetização a partir de palavras-chaves, retiradas da vida simples do povo, mas as mensagens a elas associadas apelavam sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para a sua integração nos benefícios de uma sociedade moderna, pintada sempre de cor-de-rosa. Freitag, corrobora com Januzzi, ao afirmar que “o MOBREAL não

hesita em utilizar, extraindo-as do seu contexto filosófico e político, as técnicas de alfabetização de Paulo Freire. Podemos dizer que o método foi refuncionalizado como prática, não de liberdade, mas de integração ao Modelo Brasileiro” (FREITAG, 1980, p. 93)

Os resultados positivos apresentados pelo MOBRAL foram insignificantes, porém, de acordo com Di Pierro (1991), o programa teve como relevante a difusão das iniciativas de alfabetização de adultos no país. Em 1985, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar, que teve curta duração de 4 anos. De acordo com Furlanetti (2001), a Fundação EDUCAR teve o mérito de subsidiar experiências inovadoras, na educação básica de jovens e adultos, conduzidas por prefeituras municipais e instituições da sociedade civil, cujos princípios filosóficos estavam embasados nos postulados “freireano”.

Já sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002) a política do Ministério da Educação, segundo o Doutor em Educação e Coordenador Geral da Ação Educativa, Sérgio Haddad, caracterizou-se por novas orientações, destacando-se por:

- a. reformar, com menos recursos, aumentando a sua produtividade e orientando a aplicação do seu orçamento dentro da lógica do custo-benefício;
- b. desregulamentar o sistema, regulamentando-o novamente de maneira a torná-lo mais flexível e menos afeito aos limites estabelecidos por legislações anteriores, muitas delas produtos de direitos sociais conquistados;
- c. privatizar alguns setores do ensino, particularmente aqueles não priorizados pelas políticas gerais, menos por colocar nas mãos do setor privado bens públicos, mas principalmente por criar um mercado para a iniciativa privada, tanto pela ausência da oferta, quanto pela baixa qualidade dos seus serviços.
- d. buscar parcerias junto a entidades da sociedade civil (ONGs, fundações empresariais, movimentos sociais) para o exercício das ações de Estado, menos nas definições de políticas e no controle das ações, mais na assessoria técnica e no trabalho direto.

No plano legal, podemos informar que o MEC utilizou ações que influenciaram na aprovação da renovadora Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, além de ter aprovado no Congresso Nacional, Emenda à Constituição de 1988, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério que altera a distribuição e os recursos para o ensino fundamental, juntamente com a elaboração de legislações complementares para os diversos níveis de ensino.

Embora as medidas tenham relevância no cenário da época, a educação de jovens e adultos continua marginalizada, relegada ao segundo plano, mantendo-se basicamente pelo assistencialismo, visto que nesse período a EJA saiu do Ministério da Educação e se transformou em ação social, direcionada, portanto, pela primeira dama Ruth Cardoso.

É possível dizer que o governo FHC conduziu a educação do país de uma forma que continuasse beneficiando as elites e organismos internacionais. Como também, no governo sucessor, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, embora as propagandas sugerissem o contrário, o cenário foi mantido.

No contexto atual brasileiro, a presidente Dilma Rousseff mantém de forma contínua, com relação aos governos anteriores, a falta de políticas públicas para a educação de jovens e adultos e com isso o desestímulo do público alvo é detectável a olhos vistos. Conforme dados preliminares do Censo Escolar, divulgados recentemente pelo ministério da Educação, mostram que de 2009 a 2012 a quantidade de alunos jovens e adultos na rede pública caiu 17,2%. De 39,1 milhões de alunos que estudavam na modalidade EJA em 2009, o país passou a ter neste ano 32,4 milhões. Ventura confirma essa informação:

As políticas públicas voltadas para a EJA, no Brasil, têm como foco a efetivação do direito à educação. Entretanto, os dados têm demonstrado que jovens e adultos continuam excluídos desse processo. O contingente de homens e mulheres submetidos à negação ou ao fracionamento da possibilidade da

Educação no sentido estrito, compõe um coletivo diverso, no que se refere à geração, à raça e à etnia, às questões de gênero, mas todos eles são sujeitos pertencentes à classe trabalhadora. Grande parte vive na pobreza extrema, submetidos à desigualdade social que caracteriza o modo de viver daqueles que, pelo lugar que ocupam na sociedade, são vítimas das “explorações e expropriações.” (VENTURA, 2008, p. 237)

Face ao exposto e ratificando dados apresentados pela pesquisa, vemos a trajetória e futuro da Educação dos Jovens e Adultos com pesar e muito pouco otimismo. Tendo em vista um país, em que a política educacional não é tratada com prioridade, em que jovens e adultos, força motriz de uma nação, não tem acesso a ensino de qualidade, comprometendo assim, o viver com dignidade do cidadão, além de relegar o país ao perigo do subdesenvolvimento.

Em toda trajetória da EJA, fica evidente, a ligação intrínseca da área política e social à educacional, pois em todo caminhar desta modalidade houve sempre uma luta prioritária pela defesa e manutenção dos direitos sociais e da cidadania.

3 PROJETOS NACIONAIS PARA O ENSINO DA EJA

Através do decreto 19.513 a EJA é oficializada e a partir deste ponto começam os trabalhos relativos ao lançamento de novos projetos e campanhas para alfabetização dos jovens e adultos. Exemplificando tais campanhas e movimentos, temos: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos-CEAA (1947); Movimento de Educação de Base - MEB, sistema radio educativo que teve a sua criação efetivada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1961, os Centros Populares de Cultura CPC em 1963, entre outros. A maioria das campanhas tinha como objetivo alcançar os menos favorecidos, econômica e socialmente e promover a conscientização e integração destes por meio da alfabetização, fazendo uso da metodologia progressista de Paulo Freire.

A Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire em uma perspectiva progressista contrapõe-se a metodologia tradicional, uma vez que o ensinar é obtido socialmente e coloca o educando como sujeito de seu conhecimento, em um processo de interação cíclica entre discente ↔ docente, ensinar ↔ aprender.

As etapas desta metodologia são:

etapa de investigação: busca conjunta entre professor e aluno das palavras e temas mais significativos da vida do aluno, dentro de seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive.

etapa de tematização: momento da tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais dos temas e palavras.

etapa de problematização: etapa em que o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão mágica e acrítica do mundo, para uma postura conscientizada.

Apesar do aluno da EJA já ser, oficialmente alfabetizado, a pedagogia da autonomia de Paulo Freire é pertinente e relevante para esse público que está afastado da escola e fora da faixa etária prevista. Nessa proposta, a Conscientização é um ponto fundamental do método, cujo objetivo é promover a conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social.

O sucesso desta metodologia faz de Paulo Freire o paradigma máximo, uma vez que este aparece no cenário de forma inovadora, pois traz a concepção Crítica e Progressista (alicerçada na dialogicidade, na prática libertadora, na tomada de consciência da condição de cidadão existencial), em oposição a Tradicional e Bancária (ato de depositar, transferir e transmitir valores e conhecimentos preestabelecidos, como também a indução dos indivíduos a alienação e ingenuidade).

Paulo Freire é exilado e seu legado metodológico considerado uma ameaça para o governo da época, uma vez que revoluciona a área educacional, trabalhando na formação de indivíduos pensantes, contrariando a opressão do sistema que só tinha interesse mercadológico e eleitoral. Confirmando o exposto observamos o relato de Fiori abaixo:

No método Paulo Freire – revive a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano. Em diálogo circular, inter subjetivando-se mais e mais, vai assumindo, criticamente, o dinamismo de sua subjetividade criadora. Todos juntos, em círculo, e em colaboração, reelaboram o mundo e, ao reconstruí-lo, apercebem-se de que, embora construído também por eles, esse mundo não é verdadeiramente para eles. Humanizado por eles, esse mundo não os humaniza. As mãos que o fazem, não são as que o dominam. Destinado a liberá-los como sujeitos os escraviza como objetos. (FIORI in FREIRE, 1982, p. 12)

A partir do exílio de Paulo Freire até os dias atuais é verificado na EJA práticas e metodologias simplistas, “infantilizadoras”, quando não, apresentam superficialidade e insuficiência tanto na prática docente, como no material didático. As atuais abordagens na EJA contrapõem-se as práticas inovadoras e progressistas do rico postulado freireano.

4 METODOLOGIA

Nessa pesquisa foi utilizado o método de abordagem qualitativa, ancorada na conceituação, descrição e caracterização de um dado fenômeno, neste caso específico, a aula de Língua Portuguesa em grupos EJA, a fim de estabelecer o seu contexto e a partir disso analisar este fenômeno, suas significantes, relações, causas e consequências. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são as bases do processo da pesquisa qualitativa.

O objetivo principal deste estudo é verificar as práticas do ensino da gramática em turmas de EJA. A pesquisa de campo foi realizada em três colégios que oferecem a EJA na cidade de Salvador, são eles Colégio Estadual Emílio Garrastazú Médice, Colégio Estadual Manoel Vitorino e a Escola Amélia Rodrigues.

Os procedimentos utilizados para a coleta de dados nos colégios foram: observação de aulas de Língua Portuguesa em turmas de EJA, aplicação de questionário destinado aos professores e aos alunos e entrevista com os professores.

Para melhor compreensão do cenário social, apresentamos a seguir informações sobre os colégios onde a pesquisa foi desenvolvida.

O **Colégio Estadual Emílio Garrastazu Médici** foi fundado mediante Portaria 1630, publicada no Diário Oficial de 11 de abril de 1972. Em 14 de fevereiro de 2014 este colégio teve seu nome modificado, conforme atesta publicação abaixo.

O governo da Bahia encerrou as especulações sobre uma possível recusa da mudança de nome e publicou no “Diário Oficial” do Estado a nova denominação do antigo Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici. A instituição de ensino fundamental, médio e profissional passa a se chamar Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella (Stiep é o bairro soteropolitano onde o estabelecimento se localiza). A troca foi sacramentada em portaria do secretário da Educação, Osvaldo Barreto Filho, veiculada na sexta-feira. O general gaúcho Médici (1905-85) governou o Brasil de 1969 a 74, período mais repressivo da ditadura instaurada em 64. Em seu governo, ao menos 29 agentes de segurança mataram o guerrilheiro baiano Carlos Marighella (1911-69), que estava desarmado ao ser surpreendido e fuzilado numa rua paulistana.

Reivindicado pela comunidade do Conjunto Habitacional do Stiep, confirmado através de eleições diretas, e ratificado pela publicação em Diário Oficial, o Colégio Emílio Garrastazu Médici passa a chamar-se Colégio Estadual do Stiep Carlos Marighella, em homenagem a um importante político baiano.

Carlos Marighella, político e poeta, nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de dezembro de 1911. Filho de imigrante italiano com uma negra descendente dos haussás, conhecidos pela combatividade nas sublevações contra a escravidão. De origem humilde, ainda adolescente despertou para as lutas.

Atualmente, o colégio funciona nos três turnos e oferta o Ensino Fundamental, o Ensino Médio integrado a Educação Profissional e as modalidades EJA. As aulas de Língua Portuguesa foram observadas no período de novembro e dezembro de 2013, com uma turma de EJA de 6º e 7º ano. A classe tem maioria de alunos do sexo feminino, a faixa etária varia entre 18 e 45 anos, sendo que as profissões mais frequentes envolvem a área de Serviços Gerais (homens) e serviços domésticos (mulheres). A sala tem apenas 4 alunos, o que deixa nítido o grande problema da frequência em turmas de EJA, dificultando o trabalho contínuo do docente.

O **Colégio Estadual Manoel Vitorino** está localizado à Rua Waldemar Falcão, no bairro de Brotas, Salvador. Tem como diretora Tânia Silva Mendes Gouveia e vice-diretora Adelize dos Reis Borges.

Centrada no compromisso de contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, o Colégio oferece uma formação básica, fundamentada no respeito mútuo, na solidariedade ao

próximo e na participação criadora. Pretende ser vista como uma escola ideal, reconhecida pelo ensino de qualidade que oferece e pela eficiência dos alunos.

O Colégio possui boa estrutura física: salas espaçosas, quadra de futebol, laboratórios de ciências e informática, espaço climatizado para diretoria e docentes, além de recursos materiais acessíveis e disponíveis. Integra, nesta escola referenciada, um quadro com 139 funcionários, competentes, cooperativos e receptivos.

A **Escola Municipal Amélia Rodrigues**, que foi inaugurada no ano de 1934, localiza-se no famoso Dique do Tororó, ponto turístico da Cidade de Salvador. Esta Unidade Escolar funciona em três turnos e atende alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

A classe observada abrange o 5º e o 6º ano e contava com aproximadamente 15 (quinze) alunos, sendo 10 (dez) mulheres e 5 (cinco) homens. Durante a observação dessas aulas foi analisado o perfil dos alunos e a capacidade que eles têm de assimilar o conteúdo produzido pelo professor. O intuito era compreender as principais dificuldades encontradas pelos estudantes e também pelo docente, analisando o perfil de cada um desses membros que compõem a sala de aula da EJA, e, prioritariamente, conhecer a forma como as aulas são ministradas, o ensino de gramática na sala de aula, as formas de avaliação, dentre outros fatores importantes e inerentes à Educação de Jovens e Adultos.

4.1 Análise dos dados

No **Colégio Carlos Marighella** o conteúdo da primeira aula foi frase, oração e período. O docente usou como estratégia de ensino a exposição dos conteúdos na lousa de forma objetiva e direta. O professor expôs as regras gramaticais sem provocar reflexão dos discentes, que ficavam apáticos, como meros receptores do conteúdo. No segundo momento, o professor passou uma atividade para ser produzida em casa. Ficou nítida a dificuldade e falta de entendimento dos alunos sobre o tema trabalhado, visto que o docente não se preocupou com a assimilação do conteúdo por parte dos alunos. Foi um trabalho mecânico, sem aprendizagem, motivação e sem compromisso.

Na aula seguinte houve a correção de exercício que era composto por questões objetivas e solicitava que os alunos classificassem as frases, orações e os períodos. No momento da correção percebemos com clareza a dificuldade encontrada pelos alunos em compreender o assunto, visto que a maioria não soube responder e nem diferenciar frase de oração e período.

Percebemos nesse período de observação que as aulas foram tradicionais e não contribuíram para o entendimento e reflexão do funcionamento da língua portuguesa. O conteúdo foi transmitido pelo professor de forma autônoma e sem preocupação com a aquisição do conhecimento.

Nas turmas de EJA, seja pelo fato de os alunos terem uma vida atribulada, por terem abandonado o colégio anteriormente, ou mesmo por enfrentarem dificuldades diversas de aprendizado, eles precisam que os professores usem técnicas que despertem o interesse e facilite a absorção dos assuntos. Esse é um trabalho pertinente ao docente, que tem a tarefa de se empenhar em descobrir maneiras de transformar a sala de aula em um ambiente agradável e de troca de conhecimento, o que não ocorreu nesse colégio, visto que a sequência didática apresentada pela regente foi relativamente adequada, porém, em uma análise mais crítica, percebe-se que o ensino de gramática na turma observada foi repetitivo, tradicional, sem inovação e sem recursos didáticos para facilitar a aprendizagem e motivar os alunos.

Hoje, mesmo depois dos métodos desenvolvidos por Paulo Freire, da evolução dos estudos linguísticos e das reformas dos cursos de Letras, as aulas de gramática na EJA ainda continuam tradicionais, com ênfase no ensino de regras, de cunho normativo, de forma descontextualizada e pouco reflexiva.

Ainda relativo às observações, aplicamos os questionários para alunos e professor regente. O questionário do aluno teve como objetivo explorar a opinião individual de cada aluno, quanto às estratégias de ensino utilizadas nas aulas de Português. O do professor foi elaborado com a finalidade de conhecer o perfil do docente da EJA e as dificuldades enfrentadas na parte metodológica, além de abordar sobre a interação docente ↔ discente.

O colégio adota para EJA um livro próprio, preparado conforme parâmetro e normas do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, programa este que tem por objetivo prover as escolas públicas com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários.

As notas dos alunos são compostas de uma prova tradicional, pontuação relativa à frequência, comportamento, empenho nos deveres, trabalhos e arguições solicitados. Já com relação aos educandos percebemos um completo descaso com todo o processo educacional concernente a frequência, compromisso com trabalhos propostos, vontade de aprender, evasão, entre outros. Vale ressaltar, que os principais motivos dessa desmotivação estão ancorados na dificuldade de acompanhamento do simplório conteúdo apresentado, como

também, na falta de conscientização com relação a real importância da educação, tanto para construção e realização de sonhos, como para uma vida digna.

No **Colégio Estadual Manoel Vitorino**, na primeira aula observada de Língua Portuguesa, a classe foi dividida em 2 grupos, contendo 2 alunos em cada equipe. Em seguida foi solicitada a leitura de um capítulo com material dissertativo, falando sobre a violência em dias atuais. Ao fim de cada parágrafo lido, a professora interagia com o grupo induzindo-os a uma reflexão, trabalhando em conjunto a ORALIDADE e a parte de INTERPRETIVA, de forma que os alunos puderam trabalhar a leitura, fazer uma aula dinâmica e ainda refletirem sobre um tema importante e atual. Embora a classe seja composta por poucos alunos, a regente conseguiu fazer uma aula diferente, bem estruturada, trabalhando e despertando a dinâmica do trabalho em grupo, demonstrando que é importante a participação de cada um para que haja interação e a aula seja produtiva.

Na aula seguinte foi entregue uma ficha fotocopiada com questões sobre o conteúdo do material dissertativo lido na aula anterior. A professora deu ênfase na inferência e extrapolação, tópicos primordiais na interpretação textual. Os alunos foram respondendo e interagindo, buscando novas reflexões e entendimentos, além de compartilharem opiniões e experiências, fazendo com que a aula fosse participativa e interessante.

Nas aulas observadas nesse Colégio, a professora T.C.A.B. (abreviamento para manter em sigilo a identidade do profissional) é comprometida com a educação e engajada nas atividades acadêmicas. Foram aulas dinâmicas e houve participação efetiva do corpo discente em quase sua totalidade. Essa postura é ratificada em Pozo:

A aprendizagem significativa implicará sempre tentar assimilar explicitamente os materiais de aprendizagem [...] a conhecimentos prévios que em muitos casos consistem em teoria implícitas ou representações sociais adquiridas por processos igualmente implícitos. Nesse processo de tentar assimilar ou compreender novas situações, ocorre não só um crescimento ou expansão desses conhecimentos prévios, como também, como consequência desses desequilíbrios ou conflitos entre os conhecimentos prévios e a nova informação, um processo de reflexão sobre os próprios conhecimentos, que, conforme sua profundidade [...] pode dar lugar a processos de ajustes, por generalização e discriminação, ou reestruturação, ou mudança conceitual [...] dos conhecimentos prévios.” (POZO, 2002)

A **Escola Amélia Rodrigues** está localizada no bairro do Tororó em Salvador. O nome do Colégio teve como intuito homenagear a professora baiana Amélia Rodrigues,

importante figura que se destacou no cenário educacional do Estado da Bahia, como podemos perceber abaixo:

Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues, mais conhecida como Amélia Rodrigues, nasceu em 26 de maio de 1861, na Fazenda Campos, Freguesia Oliveira dos Campinhos, Município de Santo Amaro da Purificação, no Estado da Bahia. Desde cedo mostrou sua vocação inata para o magistério e durante a sua vida foi reconhecida como expoente cultural das Letras na Bahia. Foi professora emérita, poetisa, escritora, teatrólogo.

A maioria dos alunos EJA mora no mesmo bairro da Escola Maria Amélia, já tem família, responsabilidades e problemas pessoais, o que acarreta em optarem por estudar a noite, mas gera desânimo de frequentar a escola. Praticamente todos se arrependem de terem parado os estudos mais jovens, mas explicam que motivos importantes e urgentes influenciaram para que isso viesse a acontecer, e que hoje ainda sonham em conseguir concluir os estudos, e, em algumas exceções, ainda pretendem cursar uma faculdade.

Nesta Escola obtivemos 14 (quatorze) questionários respondidos por alunos dessa turma e 1 (um) questionário respondido pelo professor.

O professor de Língua Portuguesa que ministrou as aulas observadas no Colégio Maria Amélia leciona há aproximadamente 12 anos nesta Instituição, e para não expô-lo, preferimos utilizar uma abreviação inerente ao seu nome, portanto, o chamaremos de Professor A.P.

O professor A.P trabalha com o livro didático próprio da EJA e afirma que ajuda muito no seu trabalho, pois está adequado para esses estudantes e para atender às suas necessidades, respeitando principalmente as dificuldades de aprendizagem apresentadas por seus alunos. Contudo, o professor não aprova a parte gramatical, que na sua concepção não é suficientemente explorada, deixando de abordar aspectos importantes para fixação e aprendizado das normas gramaticais, já em compensação, é bem elaborado quando se trata de leitura e produção de texto.

As aulas de A.P observadas ainda seguem os padrões tradicionais, sem muita inovação e dinâmica, são aulas expositivas, acompanhadas de exercícios copiados no quadro, que logo após são corrigidos em classe.

Na primeira aula observada o Professor A.P distribuiu um texto simples e diferenciou Frase, Oração e Período. Ele escreveu no quadro as particularidades de cada tema, deu exemplos e explicou as regras básicas para identificá-los, ao mesmo tempo em que esclarecia as poucas dúvidas que os alunos demonstraram ao decorrer da aula. Percebemos que os alunos

demonstraram dificuldade em distinguir as frases nominais e as verbais, o que conseqüentemente atrapalhou na compreensão dos períodos simples e compostos, mas as dúvidas que surgiram foram explicadas pelo docente. Para melhor fixação do que foi exposto o professor pediu que um aluno fizesse a leitura em voz alta do pequeno texto distribuído, de maneira que os outros pudessem acompanhar, compreender, e, por fim, tentar encontrar exemplos de frases, orações e períodos. Esse último momento foi feito com toda a turma, para que os alunos interagissem e compartilhassem informações e tivessem uma melhor compreensão do conteúdo da aula.

Na aula posterior o docente A.P escreveu no quadro o exercício de fixação sobre frase, oração e período, designando um tempo para que os alunos copiassem e respondessem de acordo com o que foi absorvido na aula anterior.

Notamos que alguns alunos não sabiam responder, escolhiam qualquer alternativa, sem nenhuma reflexão. No segundo momento os alunos leram no livro didático sobre contos populares. A.P explicou o tema e prosseguiu com um debate com a turma que colaborou para que esse momento se estendesse por quase toda a aula. Ainda assim, com os poucos minutos restantes, o professor fez uma breve correção da atividade que passou no início da aula.

Na aula seguinte observada o professor fez uma revisão dos assuntos estudados e abordou os conteúdos: substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes, porquês, más/mais, dentre outros. Ele utilizou o quadro para escrever alguns exemplos e ir relembrando, com os alunos, as básicas regras de cada assunto estudado.

Um ponto importante na sua aula é que em alguns momentos ele buscava chamar atenção dos alunos, fosse cantando uma música ou contando um caso diferente para que eles pudessem assimilar com o conteúdo, mas, como um todo, utilizou-se como único recurso o quadro negro e a aula expositiva. Ao decorrer da aula pudemos perceber que embora se tratasse de uma revisão, muitos alunos ainda tinham dificuldade de assimilar os assuntos e de relembrar algumas regras básicas já estudadas, principalmente quando o professor fazia perguntas direcionadas aos alunos, esperando que eles respondessem, porém, eles continuavam em silêncio. Faltando poucos minutos para acabar a aula, ele escreveu uma atividade no quadro revisando todos os assuntos, a mesma era formada por questões objetivas de múltipla escolha e deveria ser feita em casa.

Na aula seguinte houve a correção da atividade que deveria ser feita em casa. O Professor A.P verificou quais os alunos responderam o exercício, ressaltando a importância de treinarem em casa para facilitar o aprendizado. A correção foi feita com a ajuda dos alunos,

que ao mesmo tempo foram tirando as suas dúvidas e demonstrando as suas dificuldades em compreender e diferenciar assuntos como adjetivos e substantivos. Com isso pudemos notar que embora sejam assuntos simples e iniciais do ensino fundamental, muitos discentes da EJA encontram bastante dificuldade em compreendê-los e assimilá-los.

A última aula observada antecedia a avaliação da unidade e o professor explicou os assuntos que caíam na avaliação, o seu tempo de duração, o valor, dentre outros aspectos. Os alunos dessa turma fazem apenas uma avaliação por unidade que examina o nível de aprendizado do aluno, quando é obtida a nota de cada estudante.

Ao ler os questionários respondidos pelos alunos ficou explícita a dificuldade que eles apresentaram para compreender os enunciados e também para formular uma resposta com nexos. Grande parte não soube escrever corretamente e alguns nem conseguiram entender as perguntas. O professor A.P também disse que a maioria dos seus alunos tem dificuldades em estabelecer relações entre palavras e ideias, além de dificuldades ortográficas, por isso ele busca sempre trabalhar estimulando a compreensão, a interpretação, a produção da escrita, a reflexão e a oralidade nas suas aulas e atividades.

O professor não oferece material extra, complementar, que possa dinamizar a aula e chamar atenção dos alunos. O professor A.P explicou que não tem materiais disponíveis para fazer uma aula diferente e inovadora, tendo que se esforçar e buscar modificar um pouco essas aulas com o que lhe é oferecido.

A partir dessa convivência, um dos problemas mais impactantes foi a ausência dos alunos em sala de aula. A escassez de estudantes matriculados em turmas de EJA é preocupante e assustadora, as salas se encontram vazias, seja por terem poucos alunos matriculados ou mesmo pela frequência, em que mesmo matriculados, os alunos não seguem uma rotina de estudo em sala de aula, muitas vezes abandonando o colégio antes mesmo de acabar o ano letivo.

O discente da EJA geralmente é um trabalhador ou uma mãe de família, que passa o dia todo enfrentando os problemas cotidianos e quando chega a noite já não sente vontade de frequentar o Colégio, pois estão desestimulados e cansados. É uma tarefa árdua conseguir manter uma turma durante o ano inteiro, e talvez seja uma das maiores preocupações dos professores e da direção escolar. Pudemos perceber que eles enfrentam uma realidade bem diferente daquela dos alunos do ensino regular. A Resolução nº 01/2012 do CEDF afirma:

Art. 33. Parágrafo único. Os cursos de educação de jovens e adultos – EJA a que se refere o *caput* devem adotar currículos flexíveis e diferenciados, formas de avaliação e de frequência adequados à

252

realidade dos jovens e adultos e garantir matrícula em qualquer época do ano, assegurado o direito de todos à educação.

Todos esses fatores influenciam diretamente na dificuldade de trabalhar com EJA, os alunos precisam ser estimulados a frequentar a escola e a gostar das aulas, do mesmo modo, o governo precisa dar mais incentivos aos professores e capacitá-los para o ensino nessa modalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisar sobre o ensino da gramática (análise linguística) na EJA concluímos que estes alunos vivem uma realidade totalmente diferente dos alunos do ensino regular. Com isso, é necessário que exista capacitação específica de EJA e um direcionamento específico para trabalhar com esta modalidade.

Após mapear através dos questionários as práticas gramaticais em turmas de EJA, nos colégios observados, pudemos perceber que as aulas precisam ser mais dinâmicas e diferenciadas, o professor precisa estimular a reflexão dos alunos para que eles possam diferenciar as estruturas e variações da língua portuguesa e não apenas decorem regras. Dessa forma, com aulas reflexivas os alunos vão entender a finalidade das orações, o que deve e pode ser usado em diferentes situações de fala e escrita. Assim, podem sentir mais segurança e frequentar as aulas, mesmo com as dificuldades enfrentadas no dia a dia.

Os resultados obtidos através dos questionários ratificaram as nossas impressões quanto às dificuldades dos alunos quanto à leitura, assimilar ideias e conceitos e entender o funcionamento da língua portuguesa.

Os docentes ainda seguem padrões tradicionais de ensino, cuja estratégia prioritária é a transmissão do conhecimento, sem reflexão, sem inovação, sem materiais didáticos voltados para adultos, contextualizados. É fundamental que os professores sejam capacitados e incentivados, que participem de programas e atividades específicos para a EJA e que haja planejamento e acompanhamento permanente da coordenação pedagógica.

O ensino de EJA bem planejado e eficiente reduz o analfabetismo funcional, aquele quando a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever um enunciado simples, como um bilhete, por exemplo, ainda não tem as habilidades de leitura e escrita necessárias para participar da

vida social em suas diversas dimensões: no âmbito comunitário, no universo do trabalho e da política, por exemplo.

Durante a pesquisa nos perguntamos: as experiências realizadas na modalidade EJA no país estão conseguindo conciliar as questões político-pedagógicas que as envolvem? Como é definida a qualidade do ensino na EJA no Brasil? Existem indicadores de qualidade de ensino estabelecidos pelos gestores educacionais que oferecem a modalidade? Essas questões e outras ainda estão sem respostas.

Com essa pesquisa alcançamos nossos objetivos embora preocupados, pois sabemos que a escolarização na vida da pessoa tem um enorme valor, pois, somente inserindo-se no âmbito escolar, e convivendo com várias pessoas de diferentes tipos de cultura, podemos nos tornar cidadãos realmente capazes de encarar o mundo, e ter nossa autoestima renovada.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Lucerna: 2009.
- BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- COSTA, Antônio Cláudio Moreira. **Educação de jovens e adultos no Brasil: novos programas, velhos problemas**. Disponível em: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf - Acesso em novembro de 2013.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. RJ, Nova Fronteira.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- HADDAD, Sérgio. **O Direito à Educação no Brasil**. São Paulo, 2003.
- NEVES, L. M. W. As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio é escolhido à sua revelia, ou democracia e educação escolar nos anos iniciais do século XXI. In: NEVES, L. M. W. **Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, T.A. SILVA, E.G.O. SILVA, C.O. ARAÚJO, L.A.M. **Coleção Tecendo Linguagens – 9º ano**. São Paulo. 2012. IBEP. PACIEVITCH, Thais. **Evasão escolar**. Disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/> Acesso em janeiro 2014.

PASSOS, Valmir Almeida. **Educação de jovens e adultos: Fatores e estratégias dos que permanecem e conseguem sucesso escolar**. 2011. 161 f. Monografia em Educação. Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade. PUC. São Paulo, 2011.

PEREIRA, Cencita Maria. **Educação de Jovens e adultos: Uma contribuição à discussão da proposta da rede estadual de ensino**. Paraná. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/983-2.pdf>> Acessado em: 15/11/2013.

Portal: Cahis Carlos Marighella. Disponível em: <<http://cahisuffcampos.blogspot.com.br/2011/05/quem-foi-carlos-marighella.html>> Acessado em 30/07/2014.

Portal: FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>> Acessado em 30/07/2014.

Portal: Fundação Amélia Rodrigues: Disponível em: <http://www.ameliarodrigues.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=61> Acessado em: 30/07/2014.

Portal: Blog Augusto Schwartz. Disponível em: <<http://augustoschwartz.blogspot.com.br/2009/04/segundo-os-parametros-curriculares-qual.html>> Acessado em: 26/07/2014.

Portal: Cahis Carlos Marighella. Disponível em: <<http://cahisuffcampos.blogspot.com.br/2011/05/quem-foi-carlos-marighella.html>> Acessado em 20/08/2014.

RIBEIRO, Manuel P. **Nova gramática aplicada da língua portuguesa**. 14. ed. Rio de Janeiro: Metáfora editora, 2009.